

ISSN: 0101-6342

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

n. 92 – jul. 2022 – dez. 2022

| | | | | |
|-------------------------------------|--------------|-------|-----------------------|----------|
| Revista do Ministério Público do RS | Porto Alegre | n. 92 | jul. 2022 – dez. 2022 | p. 1-296 |
|-------------------------------------|--------------|-------|-----------------------|----------|

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 92 – jul. 2022 – dez. 2022

Diretor da Revista

Michael Schneider Flach

Vice-Diretor

Vinícius de Melo Lima

Conselho Editorial

Alexandre Sikinowski Saltz

Annelise Monteiro Steigleder

Charles Emil Machado Martins

Érico Fernando Barin

Fábio Roque Sbardellotto

Júlia Flores Schutt

Luciano de Faria Brasil

Rodrigo da Silva Brandalise

Conselho de Professores Convidados

Adalberto de Souza Pasqualotto – PUCRS

Antônio Carlos Nedel – UNISINOS

Bruno Miragem – UFRGS

Cláudia Lima Marques – UFRGS

Delton Winter de Carvalho – UNISINOS

Gabriel Real Ferrer – Alicante-ES

Hugo Nigro Mazzilli – ESMP-SP

José Rubens Morato Leite – UFSC

Lidia Garrido Corbobera – UBA-AR

Luís Gustavo Andrade Madeira – PUCRS

Mauro Fonseca Andrade – UFRGS

Nestor Caferatta – UBA-AR

Patryck de Araújo Ayala – UFMT

Paulo de Sousa Mendes – Universidade de Lisboa-PT

Sandra Regina Martini Vial – UNISINOS

Solange Telles da Silva – Universidade Makenzie

Presidente da AMP/RS

João Ricardo Santos Tavares

R585 Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. – n. 92 (2022)-.
– Porto Alegre: AMP/RS, 1973-, v.; 23cm
Semestral
ISSN 0101-6342
1. Ciências Criminais. 2. Infância e Juventude. 3. Direito Administrativo.
4. Direitos Fundamentais. 5. Urbanismo. I. Rio Grande do Sul.
Ministério Público. II. Schneider Flach, Michael (Diretor da Publicação)
Índice para catálogo sistemático:
Direito – Periódicos CDU 34(051)
CDD 340.05

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária: Kátia Minatto Leal – CRB 10/1697

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Ana Maria Moreira Marchesan
André Rafael Weyermüller
Andréa Diana Oberherr
Charles Martins
Débora Regina Menegat
Denise Casanova Villela
Diogo Gomes Taborda
Fabio Roberto D'Avila
Gabriella Boger Prado
Gustavo Santos Rocha da Rocha
Hugo Nigro Mazzilli
Patrícia Maldaner Cibils
Rodrigo Resende Scarton
Rudimar Tonini Soares
Thiago Pierobom de Ávila
Thiago Volpi de Araújo
Valerio de Oliveira Mazzuoli

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 92 – jul. 2022 – dez. 2022



Porto Alegre
2022

© dos autores, 2022

Organização

Reni Brod

presidencia@amprs.org.br – Fone: (51) 3254.5306

Revisão

Daniela Falavigna

danifalavigna74@gmail.com – Fone: (51) 99163.5406

Editoração eletrônica

Nilmara Trindade da Silveira

nilsilveira@cpovo.net – Fone: (51) 99919.4758

Direitos desta edição reservados por
AMP/RS

A Revista do Ministério Público é uma publicação da
Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS,
www.revistadomprs.org.br

AMP/RS – Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
90050-191 – Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3254.5300
amprs@amprs.org.br
www.amprs.org.br

OS TRABALHOS PUBLICADOS NESTA REVISTA RESULTAM DA PESQUISA
E DO SABER DE SEUS AUTORES CABENDO A ESTES A DEFINIÇÃO
DE SEU CONTEÚDO OPINATIVO, O QUAL, EM HIPÓTESE ALGUMA INDICA
QUALQUER TENDÊNCIA OU POSICIONAMENTO DE SEU CONSELHO EDITORIAL

OS ARTIGOS PODERÃO SER DIVULGADOS
NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (“INTERNET”),
NA PÁGINA DA REVISTA, COM O QUE CONCORDA DESDE JÁ O AUTOR,
SEM QUALQUER DIREITO AUTORAL

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------|----|
| NORMAS DE PUBLICAÇÃO..... | 7 |
| APRESENTAÇÃO..... | 11 |

CIÊNCIAS CRIMINAIS

| | | |
|---|--|-----|
| 1 | A GRAVAÇÃO AMBIENTAL FEITA PELA VÍTIMA DE CRIME: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DE SUA LICITUDE APÓS A LEI N. 13.964/2019..... | 13 |
| | Charles Martins Thiago Pierobom de Ávila | |
| 2 | A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA: PRESCRIÇÃO, PROCESSO E REDESENHOS EMPRESARIAIS.... | 43 |
| | Ana Maria Moreira Marchesan | |
| 3 | (IN)COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL BRASILEIRA PARA JULGAR CRIMES PRATICADOS POR BRASILEIRO <i>NATO</i> EM TERRITÓRIO ESTRANGEIRO: COMENTÁRIOS AO ACÓRDÃO DO RECURSO EM <i>HABEAS CORPUS</i> Nº 97.535-RS..... | 73 |
| | Valerio de Oliveira Mazzuoli Gabriella Boger Prado | |
| 4 | JUIZ DAS GARANTIAS: OS PROBLEMAS DE TORNAR IMPEDIDO O JUIZ DA FASE DE INVESTIGAÇÃO..... | 93 |
| | Diogo Gomes Taborda | |
| 5 | LEI 14.133/2021 E OS NOVOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COMO INSTRUMENTOS NO COMBATE À CORRUPÇÃO..... | 133 |
| | Rodrigo Resende Scarton | |

| | | |
|---|--|-----|
| 6 | RESULTADO, CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA. VELHOS E NOVOS OLHARES SOBRE O ARTIGO 13 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO..... | 149 |
| | Fabio Roberto D'Avila | |

DOCTRINA NACIONAL

| | | |
|----|---|-----|
| 7 | A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 13.431/17 E DO DECRETO Nº 9.603/18 PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PERTENCENTES AOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DE REFUGIADOS NO BRASIL | 171 |
| | Denise Casanova Villela | |
| 8 | A NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO DIREITO BRASILEIRO | 191 |
| | Hugo Nigro Mazzilli | |
| 9 | A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E A REALIZAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NA LEI N. 13.465/17. NOTAS SOBRE ALGUNS ASPECTOS CONTROVERTIDOS À LUZ DA DOGMÁTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS | 205 |
| | Débora Regina Menegat | |
| 10 | INCLUSÃO DIGITAL COMO ACESSO À CIDADANIA: “ESG” TEM QUE COMEÇAR PELO “S” | 231 |
| | Gustavo Santos Rocha da Rocha Patrícia Maldaner Cibils Thiago Volpi de Araújo | |
| 11 | MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS <i>ON-LINE</i>: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO..... | 247 |
| | Rudimar Tonini Soares | |
| 12 | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: APLICAÇÃO DA LEI DA REURB EM OCUPAÇÕES IRREGULARES OU CLANDESTINAS CONSOLIDADAS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DE ODS DA ONU | 271 |
| | Andréa Diana Oberherr André Rafael Weyermüller | |

NORMAS TÉCNICAS PARA PUBLICAÇÕES NA REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

A Revista do Ministério Público é uma revista semestral, como início no ano de 1941, editada pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, destinada à publicação dos seus membros e também voltada à comunidade jurídica, como professores, pesquisadores e demais profissionais envolvidos em estudos produzidos na área do Direito ou afim. Não serão aceitos artigos que violem os princípios e valores constitucionais operados pelo Ministério Público, enquanto “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.” O padrão de publicação da Revista é o seguinte:

Normas editoriais

1. Serão aceitos apenas trabalhos inéditos. Salvo se publicados internacionalmente ou em outra unidade da federação e elaborados por autor com título de doutorado.
2. Os artigos passarão pela apreciação dos Editores na modalidade “às cegas”.
3. Os Editores encaminharão os artigos para apreciação do Conselho Editorial, que poderá fazer uso de consultores *ad hoc*, a seu critério, para análise, recomendando ou rejeitando a publicação.
4. Os pareceres comportarão três possibilidades:
 - a) aceitação integral;
 - b) aceitação com reformulações;
 - c) recusa integral. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.
5. Os autores serão informados sobre eventuais modificações a serem realizadas.

6. Os Editores e o Conselho Editorial reservam-se o direito de fazer pequenas alterações no texto dos artigos. Modificações substanciais serão solicitadas aos autores com prazo definido.
7. Os artigos serão aceitos em outra língua, além do português.
8. As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não constituindo sua aceitação motivo para se entender que os responsáveis pela Revista do Ministério Público compartilham das suas opiniões ou juízos.
9. Os direitos autorais obtidos pela publicação do artigo não serão repassados para o autor do artigo.
10. A titulação mínima do autor para a publicação é a de Especialista em Direito ou equivalente.

Forma de apresentação dos manuscritos

Os artigos deverão ser encaminhados por *e-mail* (em *PDF* e *Word*), digitados em espaço de 1,5 nos parágrafos, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere, em folha A4, com formatação de margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm, em páginas numeradas iniciando em 01, além da observância das demais normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Enviar para o *e-mail*: revistadaamprs@gmail.com.

Ainda, as referências deverão atender ao seguinte padrão:

- a) Todas obras citadas devem constar no final, sem utilização de “ _____ ” para substituição de nome de autor que se repita.
- b) Citação pelo sistema de nota de rodapé com informação completa, ou pelo método Autor e data.

A apresentação dos trabalhos deverá seguir as seguintes orientações:

Elementos obrigatórios

1. Título;
2. Resumo (mínimo 100 e máximo 300 palavras);
3. Cinco (5) Palavras-chave;
4. Sumário;

5. Nome do(s) autor(es) com nota de rodapé com informações sobre formação acadêmica e profissão;
6. Dos itens 1 ao 4 em português e língua estrangeira (preferencialmente inglês: *title, abstract, keywords e summary*);
7. Introdução;
8. Desenvolvimento;
9. Considerações finais;
10. Referências.

Categorias

1. **ENSAIOS JURÍDICOS** – textos entre 6 a 12 páginas;
2. **ARTIGOS DE DOCTRINA** – textos entre 13 e 30 páginas;
3. **ARTIGOS DE DOCTRINA INTERNACIONAL** – textos entre 13 e 30 páginas de pesquisa jurídica, escritos em língua estrangeira ou portuguesa de acordo com as normas do país/instituição em que for elaborado.

Demais formatações, seguir o disposto na ABNT.

Padrão Editorial

Todo manuscrito encaminhado à Revista deverá estar de acordo com as normas éticas de pesquisa, vigentes na área do respectivo trabalho, e deverá estar acompanhado de uma carta assinada pelo autor principal, onde esteja explícita a intenção de submissão do trabalho à publicação, contendo autorização para reformulação da linguagem, quando necessário, e dispensando os direitos autorais. Em caso de trabalho de autoria múltipla, a versão final deverá ter a assinatura de todos os autores.

Encaminhamento: toda correspondência deve ser enviada à Revista do Ministério Público/RS, por meio eletrônico revistadaamprs@gmail.com.

Título Mínima: Especialização ou equivalente.

Periodicidade: Semestral (janeiro a junho e julho a dezembro).

Prazo: Consultar por *e-mail* o respectivo edital.

Porto Alegre, 2022.
Direção da Revista do MPRS – AMP

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a Revista nº 92 do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, referente ao período de julho a dezembro de 2022.

Nela são tratados temas importantes e atuais das áreas do conhecimento jurídico, com destaque para as Ciências Criminais (Direito Penal e Processo Penal), bem como para Infância e Juventude, Direito Administrativo, Direitos Fundamentais, Urbanismo e Regularização Fundiária, Métodos de Resolução de Conflitos, Cidadania e “ESG”.

Nosso agradecimento a todos que colaboraram com o presente volume, em especial aos autores de tão ilustrados artigos que integram este fascículo.

Boa leitura a todos e nos reencontramos no volume 93 (janeiro a junho de 2023).

Michael Schneider Flach
Diretor da Revista do Ministério Público
do Estado do Rio Grande do Sul – AMPRS